

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. º 189/2021 PREGÃO PRESENCIAL N. º 026/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REPOSIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO CASO NECESSÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓROS, PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE NA REALIZAÇÃO DE INALAÇÃO/NEBULIZAÇÃO E ATENDIMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO DOMICILIAR DE OXIGENIOTERAPIA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

Tendo em vista que o certame restou deserto e após consulta ao Ordenador de Despesa, fica decidida a **PRORROGAÇÃO** do presente certame.

Diante da presente prorroga-se o prazo para credenciamento e abertura da licitação para às 14h do dia 16 de abril de 2021.

Cambuí, 30 de março de 2021.

ANTONIO CARLOS BARBOSA PREGOEIRO SUBSTITUTO

ADILSON PEREIRA DA SILVA EQUIPE DE APOIO

FLÁVIO JOSÉ GALLERANI RIBEIRO EQUIPE DE APOIO

CELIA APARECIDA DA SILVA EQUIPE DE APOIO

FABIANA DE PAULA LIZ EQUIPE DE APOIO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 189/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021 REGISTRO DE PRECOS

DATA DA REALIZAÇÃO: 16/04/2021

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 14 Horas

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Cambuí – MG, sito à Praça

Coronel Justiniano Nº. 164 - Centro - Cambuí - MG.

O MUNICÍPIO DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob n.º 18.675.975/0001-85, com sede administrativa na Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – centro – Cambuí - MG, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Tales Tadeu Tavares, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "Menor preço Por item", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS objetivando a REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REPOSIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO CASO NECESSÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓROS, PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE NA REALIZAÇÃO DE INALAÇÃO/NEBULIZAÇÃO E ATENDIMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO DOMICILIAR DE OXIGENIOTERAPIA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REPOSIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO CASO NECESSÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓROS, PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE NA REALIZAÇÃO DE INALAÇÃO/NEBULIZAÇÃO E ATENDIMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO DOMICILIAR DE OXIGENIOTERAPIA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelo endereço: www.prefeituradecambui.mg.gov.br
- 1.3 As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações pelo telefone nº (35) 3431-1167

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 2.2 O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.
- 2.3 Será vedada a participação de empresas:
 - a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- **b)** Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- f) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
- 2.4 Será permitida a participação de cooperativas, <u>desde que</u> apresentem modelo de gestão de subcontratação.
- 2.5 Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas, empresas de pequeno porte, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do "caput" do artigo 3º da referida Lei Complementar, terão tratamento diferenciado e favorecido.

3 - CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

3.1 O EDITAL poderá ser retirado ou consultado por qualquer interessado, no site www.prefeituradecambui.mg.gov.br "Licitações" ou na sede da Prefeitura sito à Praça Coronel Justiniano N°. 164 - Centro, Depto. de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08h às 16h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.
 - 4.1.1 As medidas referidas no **subitem 4.1.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à **autoridade subscritora** do **EDITAL**, devidamente



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

protocolado no endereço e horário constantes do subitem 3.1.. Também será aceito pedido de **providências** ou de **impugnação** encaminhado por meio do email <u>licitações@prefeituradecambui.mg.gov.br</u> ou no <u>licitacambui@gmail.com</u> ou carta registrada ou através do telefone (35) 3431-1167, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no **subitem.**

- 4.1.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados aa pregoeira, através do e-mail: licitações@prefeituradecambui.mg.gov.br ou no licitacambui@gmail.com até 03(três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, naforma prevista no Preâmbulo.
- 4.1.3 A pregoeira deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.
- 4.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização destePREGÃO.
- 4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 - DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Os representantes das empresas concorrentes, para o credenciamento deverão apresentador os seguintes documentos **fora dos envelopes:**
 - a) Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02. (MODELO ANEXO II)



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- **a.** As empresas que não entregarem esta declaração não poderão entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.
- **b.** As empresas que apresentarem a declaração, mas não apresentarem documentação hábil para credenciarem os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com o seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.
- **c.** O responsável legal poderá assinar a declaração na própria sessão para firmar o compromisso moral de honestidade e transparência na participação do certame
- b) Será exigida **Procuração Particular para Credenciamento** <u>com firma reconhecida</u> (§2º do art. 654 do Código Civil) ou Procuração Pública, em nome do representante legal, dando poderes específicos para formular lance, negociar preço, assinar declarações, interpor e desistir de recursos, assinar e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação.

(MODELO ANEXO III).

- c) Cópia autenticada do Ato Constitutivo da Empresa, que comprove a capacidade do outorgante da Procuração Particular em constituir mandatários. Dispensado se o instrumento for Procuração Pública.
- d) Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ME/EPP ou Microempreendedor Individual MEI (MODELO ANEXO VI), acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, que conste o seu enquadramento, expedida no corrente ano, para fins de usufruir dos benéficos da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.
- e) Apresentação de documento de identificação do representante com fé pública ou de cópia autenticada da mesma.
- f) Cada representante somente poderá representar uma única licitante.
- g) Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do originalpara autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

CAMBUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

6 - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser **entregues**, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

PREGÃO Nº. 026/2021 ENVELOPE 01: PROPOSTA COMERCIAL

DATA DE ABERTURA: 16/04/2021 – 14 horas

NOME DA EMPRESA:

PREGÃO Nº. 026/2021

ENVELOPE 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DATA DE ABERTURA: 16/04/2021 – 14 horas

NOME DA EMPRESA:

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 7.1 A Proposta de Preços, gerada a partir das orientações constantes no **ANEXO IX** deste edital, que deverá ser apresentada:na <u>forma impressa e assinada</u>, em papel, de preferência grampeadas de modo que não existam folhas soltas, impressa com clareza, sem rasuras ou entrelinhas que dificultem sua análise.
- 7.2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Preço unitário por item do objeto licitado, com até <u>02 (duas)</u> casas decimais, valor total e valor global, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no **Anexo I**.
 - **b)** Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, ficando estabelecido que na omissão será considerado aceito este prazo.
 - c) Dados do fornecedor/empresa, conforme os campos solicitados;
 - d) odas as características do produto tais como marca, fabricante e procedência, observadas as especificações constantes do **Anexo I** deste Edital
 - e) Dados do Representante Legal da empresa ou Procurador, conforme os campos solicitados; (e assinatura na forma impressa).



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- 7.3 Não será admitida cotação que não contemple todas as quantidades de cada item ou comtemple todos os itens do Lote.
- 7.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.5 Considerações para elaboração da proposta:

7.5.1 Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do Pregão, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

9 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

- 9.1 O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços *razoáveis* praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, aferidomediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, a qual poderá, a critério da pregoeira, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas, de modo a evidenciar a economicidade da contratação.
- 9.2 Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, a pregoeira determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação.

CAMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

10 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, <u>ou</u> cópia simples que poderá ser autenticada pela pregoeira ou pelos membros da Equipe de Apoio no decorrer da sessão **desde que o original esteja na posse do representante credenciado**, ou ainda por meio de publicação em órgão oficial expedidos via Internet.
- 10.2 Na hipótese de não constar prazo de validade em certidão, será aceita como válida a expedida até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 10.3 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do Pregão são os seguintes:

10.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: CASO ESTEJA APRESENTADO NOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO NÃO NECESSITA APRESENTÁ-LO NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

- **10.3.1.2.** Registro comercial, para empresa individual;
- **10.3.1.3.** Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
- **10.3.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **10.3.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em plena validade;
- **10.3.2.2.** Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

60 CAMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- **10.3.2.3.** Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- **10.3.2.4.** Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 10.3.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.
- **10.3.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

10.3.3.DEMAIS DOCUMENTOS

- **10.3.3.1.**Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;
- 10.3.3.2: ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO.
- 10.3.3.3: ALVARÁ DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
- 10.3.3.: REGISTRO DOS PRODUTOS EMITIDOS PELA ANVISA.

10.3.4. DECLARAÇÕES

- **10.3.4.1.** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratar com a Administração, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital.
- **10.3.4.2.** Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº. 9.854/99. (conforme modelo no **ANEXO V** deste Edital).
- **10.4.** Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- 10.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela Praça Coronel Justiniano, 164 Centro



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previsto **neste item**.

11 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

11.1 No horário e local indicado no aviso de licitação, será aberta a sessão de processamento do

Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.2 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta estará encerrado o

credenciamento.

11.3 A análise das propostas pela pregoeira visará o atendimento das condições estabelecidas

neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às

especificações, prazos e condições fixadas neste Edital e que apresentem preço baseado

exclusivamente em proposta das demais licitantes.

11.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das

operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às

correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços

unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da

proposta.

1.3.2 Será desclassificada proposta cujo lance final exceder o preço máximo

estabelecido para este processo licitatório

11.4 As propostas serão classificadas para a etapa de lances de acordo com os seguintes critérios:

a) Primeiramente, a proposta de menor valor e as que lhe forem superior em até 10%

(dez por cento);



Administração 2021/2024

b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas com preços na condição definida na alínea

anterior, serão selecionadas as que apresentarem os menores percentuais de desconto,

até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos percentuais de desconto serão

admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

11.5 A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para

formularem lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os

demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate

de preços.

11.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de

lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição

completa da ordem dos lances.

11.6 A etapa de lances será encerrada quando os classificados nessa etapa declinarem da

formulação de lances.

11.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas

para a etapa dos lances, na ordem crescente de valores, considerando-se, para as

selecionadas, o último percentual de desconto ofertado.

11.8 A pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do

preço.

11.9 Após a negociação, se houver, a pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço,

decidindo motivadamente a respeito

11.10 Considerada aceitável a oferta de menor preço e declarada vencedora do item, será aberto o

envelope de documentos de habilitação.

11.11 Eventuais falhas e dúvidas em relação à regularidade dos documentos de habilitação poderão

ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação,

inclusive verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

CAMBU

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

11.12 A verificação será certificada pela pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos

passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.13 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios

eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo

apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

11.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será

declarada vencedora.

11.15 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, a

pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de

classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a

respectiva licitante declarada vencedora.

12 - DOS RECURSOS

12.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e

motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias corridos para

apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para

apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do

prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a preclusão do

direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pela pregoeira à licitante vencedora; e

o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3 As razões do recurso deverão ser protocoladas junto ao Departamento de Licitações da

Prefeitura do Município de Cambuí - MG, Praça Coronel Justiniano, nº 164, Centro, Paço

Municipal;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

12.4 Interposto o recurso, a pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

12.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e decidirá sobre a

homologação do procedimento;

12.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

aproveitamento;

12.7 Não havendo recurso, após o seu resultado, a pregoeira adjudicará o objeto do certame a

licitante vencedora e encaminhará à autoridade superior o processo licitatório juntado o

relatório para homologação;

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em

primeiro lugar será declarado vencedor.

13.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente

e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela

pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à

aquisição do objeto licitado.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente

indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, no prazo

máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da

Nota Fiscal devidamente atestada pela secretaria;

Estado de Minas Gerais

14.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS e CERTIDÃO FEDERAL em validade para o pagamento.

Administração 2021/2024

14.3 Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que

o problema seja definitivamente sanado.

15 - DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA E DA ATUALIZAÇÃO DOS PRECOS

15.1 As contrataçõees advindas da presente licitação correrão por conta das dotações

orçamentárias indicadas no momento da efetivação da compra.

16 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados na Ata de Registro de

Preços, cuja minuta constitui o ANEXO VII deste Edital.

16.2 Convocada, terá a adjudicatária o prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do

recebimento da comunicação da Prefeitura do Município de Cambuí - MG, para assinar a

Ata de Registro de Preços, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.

16.3 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da

primeira publicação das Atas de Registro de Preços deste processo licitatório.

16.4 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer

comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de

notas ficais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

16.5 Nos termos do § 2° do Artigo 15 da Lei 8666/93, serão publicados pelo órgão gerenciador da

Prefeitura do Município de Cambuí - MG, a Ata de Registro de Preços no quadro de avisos

no hall de entrada do Paço Municpal, contendo todos os valores unitários referentes a este

Pregão.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- 16.6 Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os materiais, desde que o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no mercado.
- 16.7 Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados conforme Edital.

17 - DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

- 17.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.
- 17.2 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa na ocorrência das situações previstas na legislação pertinente..

18 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

- O prazo de entrega/execução será se acordo com o ANEXO I do edital, após o recebimento da ordem de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra.
 - 18.1.1 O prazo de entrega/execução poderá ser prorrogado, no interesse da Administração e a critério da Secretaria Municipal de Saúde diante de pedido formalizado.
- 18.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a qualquer tempo, a Contratante poderá:
 - 18.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - **18.2.1.1** Na **hipótese de substituição**, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no **prazo máximo de**



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

12 (doze) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmentecontratado;

- 18.2.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 18.2.2.1 Na hipótese de complementação, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preçoinicialmente contratado.
- 18.3 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente dentro do exercício financeiro vigente, conforme Decreto de Execução Orçamentária.

19 - DAS PENALIDADES

- 19.1 De conformidade com o art. 86, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, o atraso injustificado na realização do serviço objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
 - 19.1.1 A multa prevista no item 19.1, será descontada dos créditos que a contratada possuir com o município de Cambuí MG PR, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.
- 19.2 Caso a licitante não substitua o objeto considerado irregular no prazo previsto neste Edital e Anexo I, serão aplicadas as penalidades, sem prejuízo da aplicação daquelas contidas no item 19.3.
- 19.3 Nos termos do artigo 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, mediante publicação no Diário Oficial do Ente Federado, as seguintes penalidades:



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

a) advertência por escrito;

b) multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento)

sobre a parcela inadimplida do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o

Município de Cambuí - MG, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso

de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do Município, será

aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o

inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

19.4 Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis

contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos

créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o

valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e posterior execução

pela Procuradoria Geral do Município de Cambuí - MG.

19.5 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor

da multa não recolhida será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e posterior

execução pela Procuradoria Geral do Município de Cambuí - MG.

19.6 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da

ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo

encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do

mesmo prazo.

19.7 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa

prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei.

P *

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- 19.8 A(s) licitante(s) vencedora(s) do certame após devidamente convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato devera(ao) assinar o documento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Se a licitante vencedora não comparecer na Procuradoria Geral no prazo estipulado, poderá acarretar nas seguintes sanções:
- a) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.
- 19.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 19.10 A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Cambuí, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Cambuí.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 O resultado do presente certame será divulgado através de publicação no quadro de avisos da prefeitura de Cambuí e/ou no site do Município de Cambuí – MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- 20.2 A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador convocar as empresas registradas para negociar o novo valor.
- 20.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e da documentação pertinente, e após aprovação dos órgãos interessados.
- 20.4 A vencedora é responsável pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo resultante da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento.
- 20.5 São de responsabilidade da contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação e a sua inadimplência não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da presente.
- 20.6 O Município rejeitará, no todo ou em parte, os produtos ou serviços em desacordo com o exigido neste Edital.
- 20.7 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 20.8 A apresentação da proposta implicará a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.
- 20.9 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

20.10 A vencedora se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e na contratação, se houver, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

20.11 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Prefeitura Municipal de Cambuí - MG não será, em caso algum, responsável por esses

custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.12 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação da

pregoeira em contrário.

20.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do

início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de

expediente na Prefeitura Municipal de Cambuí - MG.

20.15 Com fundamento na norma do art. 43, § 3°, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado a

pregoeira e a sua Equipe de Apoio, em qualquer fase de licitação, promover diligência

destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.16 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pela pregoeira.

20.17 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa

entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não

comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua

proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

20.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo de Declaração Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
ANEXO III	Modelo de Procuração por Instrumento Particular para Credenciamento
	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com
ANEXO IV	a Administração.
ANEXO V	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO VII	Modelo de Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO VIII	Modelo de Termo de Indicação de Colaborador Responsável
ANEXO IX	Modelo de proposta comercial

Cambuí, 30 de março de 2021.

ANTONIO CARLOS BARBOSA

Pregoeiro Substituto

CÉLIA APARECIDA DA SILVA

Equipe de Apoio

ADILSON PEREIRA DA SILVA

Equipe de Apoio

FLÁVIO JOSÉ GALLERANI RIBEIRO

Equipe de apoio

FABIANA DE PAULA LIZ

Equipe de apoio

De acordo:

ELIANE LAMBERT FERREIRA Controle interno



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Reposição de Oxigênio Medicinal

JUSTIFICATIVA: o oxigênio medicinal é de extrema importância nas atividades de enfermagem, para as unidades de saúde na realização de inalação/nebulização em pacientes da Rede Municipal de Saúde, que necessitam de tratamento.

GESTOR DE CONTRATO: Fica designada a servidora SUZANA DE CÁSSIA M. P. J. ALVARENGA, matrícula Nº. 284, inscrita no CPF sob o Nº. 077.675.128-00 e portador do RG M-3.212.545 para ser gestora do contrato.

DESCRIÇÃO DETALHADA E QUANTIDADES

	LOTE ÚNICO						
Item	Cód.	Apres.	Qtd.				
1	4270	Oxigênio medicinal, cilindro 1 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	500			
2	43406	Oxigênio medicinal cilindro 2 m³ para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	400			
3	43500	Oxigênio medicinal cilindro 2m³ para entrega nas residências	Unid.	200			
4	43407	Oxigênio medicinal, cilindro 4 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	500			
5	7894	Oxigênio medicinal, cilindro 6 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	500			
6	2899	Oxigênio medicinal, cilindro 8 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	350			



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

7	12665	Oxigênio medicinal, cilindro 10 m3 (Reposição) para ser entregue nas Unidades de Saúde	Unid.	1000
8	43501	Oxigênio medicinal 10 m3, para entrega no domicilio, na zona rural, para reposição de pacientes em uso de oxigênio continuo.	Unid.	100
9	43502	Oxigênio medicinal 10 m3 para entregue nos domicílios, na zona urbana, para reposição de pacientes em uso de oxigênio continuo.	Unid.	200
10	43408	Válvula reguladora, umidificador e fluxômetro, com o fornecimento de cilindro, tudo em regime de comodato.	Kit	500

DEMAIS CLÁUSULAS

Os cilindros deverão ser entregues nas Unidades de Saúde solicitantes e nos endereços informados pela secretaria de saúde, em área urbana ou rural com a válvula reguladora de pressão, umidificador e fluxômetro, em regime de comodato, transferida de um cilindro para o outro pelo próprio profissional que realizar a entrega.

Os endereços das unidades de Saúde serão os seguintes:

ESF Nossa Senhora Aparecida

Rua Guilherme Stringueta, 250 - (35) 3431-6054 - Nossa Senhora Aparecida

ESF São Benedito

Rua Alice Marques Lopes, 14 – (35) 3431-4751 – São Benedito

ESF Congonhal

Rua Bentinhos, 150 - (35) 98707-5271 - Congonhal

Posto dos Lopes

Bairro dos Lopes - (35) 99726-9103



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

ESF Vila Mariana

Praça Belinha Ramos, 90 - (35) 3431-1356 - Vila Mariana

ESF Centro

Rua Quintino Bocaiúva, 263 - (35) 3431-3873 - Centro

ESF São Judas

Rua São Sebastião, 250 - (35) 3431-5163 - São Judas

ESF Collen

Rua Moisés Custódio Rodrigues, 62 - (35) 3431-5009 - Collen

ESF Santo Antônio

Rua Sebastião Ferreira, 333 - (35) 3431-4651 – Santo Antônio

ESF Rio do Peixe

Bairro Rio do Peixe - (35) 98707-2848

ESF Santa Edwiges

Rua Guilherme de Paiva Cardoso, 45 - (35) 3431-9522 – Santa Edwiges

Policlínica Municipal

Rua Getúlio Vargas, 51 - (35) 3431-1926

Centro

Secretaria de Saúde

Rua João Moreira Sales, 30 – 1º andar - (35) 3431-6532

Centro

A empresa contratada deverá fornecer em forma de comodato, kit contendo os seguintes acessórios: válvula reguladora, fluxômetro e umidificador, além de cilindro, sendo o valor ofertado o referente a mensalidade da locação dos mesmo.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

A entrega deverá ser feita sempre que as unidades de saúde solicitarem sejam para o uso na própria unidade ou para os pacientes em tratamento com oxigenoterapia domiciliar.

A empresa deverá se encarregar de averiguar semanalmente ou se necessário diariamente a necessidade de cada unidade ou paciente, não permitindo que os mesmos fiquem sequer um dia sem o referido produto, pois se caso isso ocorra a empresa contratante se sentirá no direito de cancelar o contrato.

A entrega dos materiais deverá ser feita no prazo máximo de 48 horas.

RODRIGO CÉSAR BUENO Secretário Municipal de Saúde

SUZANA DE CÁSSIA M P J ALVARENGA Gestor de Contrato



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, nome e assinatura do representante legal)

jux, nome è assinatura do representante tegat)
Local e data
À
Prefeitura Municipal de Cambuí - MG
REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2021.
Sra. Pregoeira,
Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2021, cujo objeto é o Registro de preços, objetivando a futura
de reposição de oxigênio medicinal, incluindo caso necessário a disponibilização de acessóros, para
abastecimento das unidades de saúde na realização de inalação/nebulização e atendimento de
pacientes em tratamento domiciliar de oxigenioterapia, em conformidade com o termo de referência, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da
Administração Municipal, conforme descrição constante do ANEXO I.
, de de
Nome e assinatura do representante legal
NOTA: APRESENTAR FORA DO ENVELOPE, NO INÍCIO DA SESSÃO

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO (PREFERENCIALMENTE POR INSTRUMENTO PÚBLICO)

(em papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, nome e assinatura do representante legal)

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede
(endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º
, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)
Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF
n.º, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a)
Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF
n.º, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da
Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente
PREGÃO PRESENCIAL nº. 026/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas
as fases do PREGÃO , inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE
CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº
01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular
verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou
ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção
de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre
a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar
todos os esclarecimentos solicitados pela pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes
ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

Local e data.

Assinatura Responsável legal



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

NOTA: APRESENTAR FORA DO ENVELOPE, NO INÍCIO DA SESSÃO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

(ANEXO IV)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

(Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração. A Declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal).

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Referência:		
Prefeitura Municip	al de Cambuí - MG	
Pregão Presencial	n° 026/2021.	
	, inscrita no CNPJ/MF nº	, por intermédio de seu
representante le	gal, o(a) Sr(a), portador(a	a) do documento de identidade
RG nº	, emitido pela SSP/, e do CPF nº	, DECLARA, sob as
penas da lei, qu	ne não está sujeita a qualquer impedimento legal	para licitar ou contratar com a
Administração,	ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências p	posteriores.
	local, de d	e 2021.
	Nome do Representante Legal	
	Função	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Referência:			
Prefeitura Municipa	al de Cambuí - MG		
Pregão Presencial	n° 026/2021.		
	, inscrita no CNPJ	//MF nº	, por intermédio de seu
representante legal	, o(a) Sr(a)	, portador(a) do documento de identidade RG
nº	_, emitido pela SSP/, e	do CPF nº	, DECLARA, sob as penas
da lei, para fins do	disposto no inciso V do art	tigo 27 da Lei Fe	ederal nº 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pe	la Lei nº 9.854, de 27 de ou	tubro de 1999, q	ue não emprega menor de dezoito
anos em trabalho ne	oturno, perigoso ou insalubre	e que não empre	ga menor de dezesseis anos.
Ressalva,	ainda, que emprega menor, a	ı partir de quatorz	ze anos, na condição de aprendiz.
	local, de	de	e 2021.
			
		oresentante Lega	ll .
	r	unção	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO - VI

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

Pelo	presente	instrumento, a empresa, CNPJ nº, com	
	sede	na	
		, através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas	S
do ar	tigo 299 do	o Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequer	10
porte	ou coopera	ativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complement	ar
nº 14	7/14, bem	assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramen	to
desta	situação.		
Local	/ Data		
Nom	e e assinat	ura do representante legal/procurador.	
(Non	e Legível/	Cargo/Carimbo do CNPJ)	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO - VII

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, com sede administrativa localizada na Praça Coronel Justiniano Nº 164 - Centro - Cambuí - Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tales Tadeu Tavares.

GESTOR DA ATA: Fica designado como gestor da presente ata o servidor municipal Sr. XXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o N°. XXXXXXXXXXXX.

DETENTORA: A empresa sediada á — Estado de , inscrita no CNPJ/MF sob o n^o , neste ato representada por , portador da Carteira de Identidade n^o e CPF n^o , com poderes para representar a empresa nos termos do

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preços, pelo período de um ano, visando a futura de reposição de oxigênio medicinal, incluindo caso necessário a disponibilização de acessóros, para abastecimento das unidades de saúde na realização de inalação/nebulização e atendimento de pacientes em tratamento domiciliar de oxigenioterapia, em conformidade com o termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ESTIMADO

A presente ata está estimada em R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR REGISTRADO

(Descrição do item contendo código, descrição, marca e valor)



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

CLÁUSULA QUARTA – DOS INTERESSADOS

A presente ata de registro de preço tem como órgão central a Prefeitura Municipal de Cambuí e, atenderá a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE

A presente ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

CLAUSULA SEXTA - DO FORO

O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Cambuí, de de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ TALES TADEU TAVARES

Prefeito Municipal

Gestor da ata

CNPJ n°

Sr. (a)

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 – Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VIII

MODELO DE TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL (papel timbrado da licitante)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021.

2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Por este instrumento, a empresa	, inscrita no CNPJ/MF nº
inscrição estadual nº	
com sede à(rua, número , bairr	o, cidade, CEP, representada neste
ato por seu (identificar qu	alificação), o(a) Sr(a),
portador(a) do documento de identidade RG nº	, emitido pela SSP/, e do CPF
nº, nomeia e constitui a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como responsável(is)
para acompanhar a execução da Ata de Registr	o de Preços, assim como proceder às ações
necessárias ao seu cumprimento, tais como: a) rec	eber e assinar em nome da empresa ordens de
fornecimento emitidas pela Prefeitura Municipal d	e Cambuí - MG; b) acompanhar a entrega dos
produtos solicitados; c) receber e assinar em nor	ne da empresa o Atestado de Recebimento e
Aprovação; d) receber e assinar em nome da em	presa notificações da Prefeitura solicitando a
troca de materiais/produtos recusados pela Prefe	citura ou a complementação nas quantidades
solicitadas nas ordens de fornecimento; e) rec	eber reclamações de produtos vencidos ou
incompletos e providenciar a sua substituição; f)	entregar em nome da empresa os atestados de
recebimento e aprovação e as notas fiscais decorre	entes de fornecimentos realizados; g) receber e
assinar em nome da empresa notificações de	qualquer natureza recebidas da Prefeitura e
relacionadas ao fornecimento dos materiais/produt	tos constantes na Ata de Registro de Preços; e



Qualificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

h) proceder a todos os demais atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no Edital de Pregão acima identificado e em seus Anexos e na Ata de Registro de Preços:

Nome(s) do(s) responsável(is) indicado(s)
RG nº ...

CPF nº

Nome do Representante Legal

3.ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR

- 1) Este Termo de Indicação de Responsável deve ser assinado pelo Representante Legal da empresa e pelo seu indicado para controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
- 2) Pode ser indicado mais de um responsável.
- 3)Em caso de substituição de um ou mais responsáveis, novo Termo de Indicação de Responsável deve ser entregue à Administração Municipal.

NOTA: Documento não é desclassificatório.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
Telefone: ()		Fax: ()
Banco:	Agência:	Cor	nta Corrente:
Dados do preposto au	torizado a firma	r o contrato d	le fornecimento:
Nome Completo:			
CPF:	RG:		Estado Civil:
Nacionalidade:		Profissão:	
Instrumento que lhe o	utorga poderes:		



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

	LOTE ÚNICO							
Item	Cód.	Material / Produtos	Apres.	Qtd.	Marca	Valor unitário	Valor Total	
01	2899	Oxigênio medicinal, cilindro 8 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	350				
02	4270	Oxigênio medicinal, cilindro 1 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	500				
03	7894	Oxigênio medicinal, cilindro 6 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde	Unid.	500				
04	12665	Oxigênio medicinal, cilindro 10 m3 (Reposição) para ser entregue nas Unidades de Saúde.	Unid.	1.000				
05	43406	Oxigênio medicinal cilindro 2 m³ para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde.	Unid.	400				
06	43407	Oxigênio medicinal, cilindro 4 m3 (Reposição) para entrega no almoxarifado na Secretaria de Saúde.	Unid.	500				
07	43408	Válvula reguladora, umidificador e fluxômetro, com o fornecimento de cilindro, TUDO EM REGIME DE COMODATO.	Kit	500				



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

08	43500	Oxigênio medicinal cilindro 2m³ para entrega nas residências	Unid.	200			
09	43501	Oxigênio medicinal 10 m3, para entrega no domicilio, na zona rural, para reposição de pacientes em uso de oxigênio continuo.	Unid.	100			
10	43502	Oxigênio medicinal 10 m3 para entregue nos domicílios, na zona urbana, para reposição de pacientes em uso de oxigênio continuo.	Unid.	200			
	VALOR TOTAL DO LOTE						\$

Validade da proposta:	dias
Prazo de entrega:	dias

Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Assinatura Identificável (nome do representante da empresa)

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. /2021

Termo de Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ e

a empresa.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, sediada na Praça Coronel

Justiniano, 164-Centro, na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob

o nº 18.675.975/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito SR. TALES TADEU

TAVARES, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, sediada

na, Bairro, na cidade, Estado de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada

pelo Sr., com poderes para representar a empresa nos termos do Contrato Social, doravante

denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado, e celebram, por

força deste Instrumento, o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei

8.666/93 e no que consta no Processo Licitatório Nº. 189/2021, Pregão Presencial Nº.

026/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – **DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a aquisição de reposição de oxigênio medicinal,

incluindo caso necessário a disponibilização de acessóros, para abastecimento das unidades

de saúde na realização de inalação/nebulização e atendimento de pacientes em tratamento

domiciliar de oxigenioterapia, em conformidade com os Anexos do edital, conforme Ata da

Comissão de Licitação e Proposta Comercial apresentada pela ora **CONTRATADA**.

O instrumento do Processo licitatório supra citado, seus anexos e Proposta Comercial

apresentada são partes integrantes do presente Instrumento de Contrato, como se aqui

transcritos estivessem.

Cláusula Segunda – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

Para garantir o fiel cumprimento do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Sétima do

presente Instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as

formalidades previstas;

b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do

objeto deste Instrumento devendo anotar em registro próprio, todas as

ocorrências verificadas;

c) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre a falta e defeitos

observados no cumprimento da obrigação ora ajustada;

d) Emitir a devida ORDEM DE FORNECIMENTO para a entrega do

objeto.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o fornecimento, objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

a) Executar fielmente o objeto, dentro das especificações técnicas exigidas no

instrumento convocatório, atendendo às requisições de materiais de forma

parcelada no prazo de 48 (quarenta oito) horas, entregando o objeto licitado

conforme determinado pela Prefeitura Municipal de Cambuí;

b) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas

com pessoal, envolvidas no fornecimento, que não terão qualquer vínculo

empregatício com a CONTRATANTE, inclusive fretes, impostos e demais

despesas de envio;



Administração 2021/2024

c) Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano pessoal e material que seus empregados venham a causar ao Patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando da execução do objeto deste ajuste;

d) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes dos materiais empregados;

e) Atender às determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE, bem como as da autoridade superior;

f)Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

g) Obedecer às normas técnicas brasileiras, ou na sua ausência, as normas internacionais pertinentes ao objeto contratado.

Cláusula Quarta – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A CONTRATANTE ou seu representante legal poderá inspecionar cuidadosamente o produto que está sendo adquirido.

Poderá a **CONTRATANTE**, da mesma forma, solicitar a qualquer tempo, quaisquer tipos de exames, através de laboratórios especializados, para a constatação de vícios, defeitos ou má qualidade dos produtos fornecidos, sendo que, verificadas tais ocorrências, os custos serão cobrados da **CONTRATADA**, ensejando as penalidades constantes deste Instrumento, da Lei de Licitações e Código de Defesa do Consumidor.

A inspeção de que trata o parágrafo anterior, não ausentará o fornecedor das responsabilidades contraídas em virtude do bom andamento do ajuste avençado.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Estando o objeto em desacordo com o estabelecido, os mesmos serão recusados, cabendo à **CONTRATADA** substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de rescisão do Contrato e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas na Cláusula Nona deste instrumento de ajuste.

Cláusula Quinta – DO PRECO

Pelo fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global estimada de R\$ (), considerando os preços unitários dos produtos licitados, observada a Proposta Comercial do Processo Licitatório em epígrafe.

Cláusula Sexta – **DA REVISÃO DO PREÇO**

Os preços contratados serão revisados, por acordo das partes, sempre que cabalmente se verificar o rompimento do equilíbrio econômico -financeiro, em conformidade com o artigo 65, II, d da Lei 8.666/93, mediante solicitação prévia à Comissão de Licitação, para as providências cabíveis. A verificação se dará por meio de apresentação de notas fiscais constando os preços praticados à época da proposta, bem como de notas fiscais com os preços praticados à época da solicitação do reequilíbrio. As notas fiscais serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação ou Comissão de Pregão a fim de se apurar o real preço praticado no mercado mediante três orçamentos junto ao mercado local ou regional. Em atendimento ao preceito do art. 55, III da Lei nº 8.666/93 quanto à periodicidade fica definido que não haverá qualquer reajuste ou reequilíbrio antes de 60 (sessenta) dias da proposta.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

1. O pagamento somente será efetuado pela CONTRATANTE mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas, pelos produtos atinentes à requisição de material efetuada pelo Departamento de Compras da CONTRATANTE e devidamente atestados pelo responsável da unidade recebedora dos mesmos,

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

através de cheque nominal à CONTRATADA, observado em todos os casos o

disposto neste item;

2. A CONTRATANTE disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para

efetuar o atesto ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções

em seu preenchimento.

3. A CONTRATANTE disporá de um prazo de 10 (dez) dias contados do

atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura para efetuar o pagamento, ressalvada a

disposição do item 1 desta Cláusula.

4. A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA

antes de paga ou relevada a multa que por ventura lhe tenha sido aplicada.

5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de

pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente

regularizados.

Cláusula Oitava – **DA DESPESA**

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão a conta dos

recursos consignados na lei orçamentária específica do presente exercício, segundo a

dotação orçamentária 1030100064.055 Manutenção piso de atenção básica PMAQ 339030

Material de Consumo.

Cláusula Nona – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE

poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes penalidades, além da responsabilização civil

e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93:

a) Advertência;

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a

Administração

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado

a penalidade;

A CONTRATANTE poderá ainda aplicar à CONTRATADA, sob o valor deste ajuste:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na

execução dos serviços, objeto deste Contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso

sobre o valor do objeto não executado;

b)20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o

consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

c) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, pelo

não-cumprimento das obrigações assumidas em razão deste Contrato.

Cláusula Décima – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, ou unilateralmente

pela CONTRATANTE por medida de interesse público, mediante Notificação à

CONTRATADA, ou na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e

XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação

pertinente.

Cláusula Décima Primeira – DO PRAZO DE VIGÊNCIA



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

O prazo de início deste Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, para vigorar por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos de emergência de saúde pública. Ficam ressalvadas a aplicação de multas decorrentes do atraso injustificado na entrega do objeto, além das outras penalidades constantes deste Instrumento.

Cláusula Décima Segunda – DAS ALTERAÇÕES

A revisão, acréscimos ou supressões contratual será aplicada em conformidade com o previsto na Lei Nº. 8.666/93.

Cláusula Décima Terceira – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos dias do mês

de 2021.

TALES TADEU TAVARES Prefeito

CONTRATADA

T	ESTEMUNHAS:	
1		
2		